

Direito ao Cuidado e Igual Dignidade: Uma Experiência de Tradução Colaborativa da Obra *Equality, Dignity and Disability*, de Eva Feder Kittay no Contexto Jurídico Brasileiro

The Right to Care and Equal Dignity: A Collaborative Translation Experience of Eva Feder Kittay's Work, *Equality, Dignity and Disability*, in the Brazilian Legal Context

Mariana Rocha Lima¹

Manuela Zanchetta²

Camila de Almeida Amorim³

Felipe Rodolfo de Carvalho⁴

Cecília de Castro Algayer⁵

Resumo

Este artigo apresenta o processo de tradução colaborativa da obra *Equality, Dignity and Disability*, da filósofa norte-americana Eva Feder Kittay, realizada por três discentes do curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), sob orientação docente no âmbito do grupo de pesquisa Terceira Margem: Filosofia, Literatura e Direitos Humanos. A atividade envolveu a interpretação crítica de conceitos centrais ao debate contemporâneo sobre o direito ao cuidado e a “igual dignidade” das pessoas com deficiência, em consonância com o Plano Nacional de Cuidados (Decreto nº 12.562/2025). Para além da contribuição acadêmica, a experiência promoveu o desenvolvimento de competências formativas essenciais à formação jurídica crítica e plural. Trata-se de uma reflexão sobre a importância da tradução de obras internacionais como estratégia pedagógica de internacionalização e decolonização do saber jurídico.

Palavras-chave: Cuidado; Dignidade; Tradução Acadêmica; Eva Feder Kittay; Deficiência..

Abstract

This experience report presents the collaborative translation process of the work *Equality, Dignity and Disability*, by the American philosopher Eva Feder Kittay, carried out by three students of the Law

¹ Mariana Rocha Lima, UFMT, mariana.lima1@sou.ufmt.br

² Manuela Zanchetta, UFMT, manuela.zanchetta@sou.ufmt.br

³ Camila de Almeida Amorim, UFMT, camila_amorim12@hotmail.com

⁴ Felipe Rodolfo de Carvalho (Orientador), UFMT, felipe.carvalho@ufmt.br

⁵ Cecília de Castro Algayer (Coorientadora), UFMT, cecilia.calgayer@gmail.com

course at the Federal University of Mato Grosso (UFMT), under faculty guidance within the research group Third Margin: Philosophy, Literature and Human Rights. The activity involved the critical interpretation of concepts central to the contemporary debate on the right to care and the "equal dignity" of people with disabilities, in accordance with the National Care Plan (Decree No. 12,562/2025). In addition to the academic contribution, the experience promoted the development of formative skills essential to critical and plural legal training. It is a reflection on the importance of translating international works as a pedagogical strategy for the internationalization and decolonization of legal knowledge.

Keywords: Care; Dignity; Academic Translation; Ever Feder Kittay; Disability.

1. Introdução

O presente artigo descreve o processo colaborativo de tradução da obra *Equality, Dignity and Disability*, de Eva Feder Kittay, realizado por três discentes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso, sob orientação de professor Dr. Felipe Rodolfo de Carvalho, coordenador do grupo de pesquisa Terceira Margem: Filosofia, Literatura e Direitos Humanos, e da professora Me. Cecília de Castro Algayer, membro do referido grupo. Desse modo, a atividade tradutória em questão não apenas integrou uma prática formativa interdisciplinar, como também possibilitou uma imersão profunda no debate filosófico e jurídico em torno do direito ao cuidado, da igualdade substancial e da dignidade humana no contexto da deficiência.

A autora aqui traduzida, Eva Feder Kittay, é uma filósofa estadunidense amplamente reconhecida por seu trabalho nos campos da ética do cuidado, teoria feminista e filosofia da deficiência. Mãe de Sessa, uma mulher com deficiência severa, Kittay insere sua experiência pessoal como elemento epistemológico central em sua reflexão sobre a vulnerabilidade e a justiça. Sua abordagem desafia os paradigmas liberais tradicionais baseados na autonomia, propondo um modelo relacional de dignidade que tem repercussões diretas para o campo jurídico, especialmente no contexto brasileiro, onde o Plano Nacional de Cuidados (Decreto nº 12.562/2025) tem consolidado diretrizes para o reconhecimento do cuidado como direito fundamental.

A tradução da obra de Kittay, portanto, inscreve-se num duplo movimento: de um lado, democratiza o acesso a reflexões ético-filosóficas fundamentais sobre os direitos das pessoas

com deficiência; de outro, fortalece o acervo teórico e normativo nacional sobre o direito ao cuidado, o que entendemos como uma categoria jurídica ainda em consolidação no Brasil.

Considerando que o cuidado é reconhecido pelo novo Plano Nacional de Cuidados como um direito humano que envolve corresponsabilidade entre Estado, família e sociedade, a presente experiência de tradução assume relevância pedagógica, acadêmica e política, contribuindo para a formação crítica dos estudantes e para o avanço da justiça social. Além disso, reafirma o papel das universidades públicas como mediadoras do diálogo entre saberes locais e epistemologias internacionais.

O artigo está dividido em três partes: na primeira, apresenta os pressupostos metodológicos adotados no processo tradutório; na segunda, apresenta e discute os resultados alcançados; na terceira, expõe e reflete sobre aspectos especiais da experiência desenvolvida.

2. Material e Método

O projeto de tradução colaborativa foi concebido e executado no âmbito do grupo de pesquisa Terceira Margem: Filosofia, Literatura e Direitos Humanos, vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), congregando três discentes do curso de Direito na condição de tradutoras principais, sob a orientação de dois docentes. A obra selecionada — *Equality, Dignity and Disability*, de Eva Feder Kittay — compreende aproximadamente 28 páginas, tendo sido integralmente vertida para o português ao longo do período de execução do projeto, mediante um processo metodologicamente estruturado, porém adaptativo às contingências acadêmicas das participantes.

A organização do trabalho colaborativo pautou-se por uma lógica de flexibilidade operacional, em razão das distintas rotinas acadêmicas das envolvidas, o que inviabilizou a adoção de um cronograma rígido e previamente fixado. Nesse contexto, instituiu-se uma dinâmica híbrida, articulando encontros presenciais e interações virtuais, de modo a assegurar continuidade, engajamento e eficiência no processo tradutório. A divisão inicial do texto foi realizada com base em critérios de afinidade temática, de modo que cada discente assumiu a responsabilidade por seções específicas da obra, compatibilizando o conteúdo com seus repertórios teóricos e interesses acadêmicos.

O processo de tradução individual foi sucedido por um rigoroso procedimento de revisões cruzadas, no qual as versões preliminares foram submetidas à apreciação coletiva. Tal etapa teve como finalidade a promoção de uniformidade estilística, coerência terminológica e fidelidade conceitual ao texto original. A atuação docente deu-se de forma contínua e dialógica, especialmente nos momentos em que emergiam dificuldades interpretativas ou escolhas tradutórias de maior complexidade, assegurando densidade teórica e precisão linguística ao trabalho final.

No que concerne aos instrumentos metodológicos, o projeto apoiou-se em múltiplos recursos. Destaca-se, primeiramente, o conhecimento linguístico prévio das participantes em língua inglesa, elemento fundamental para a compreensão do texto-fonte. Ademais, recorreu-se a dicionários bilíngues, glossários especializados nas áreas de filosofia e Direito, bem como a obras correlatas previamente traduzidas, sobretudo no campo da filosofia política e da ética do cuidado. Paralelamente, ferramentas digitais de tradução, como Google Translate e DeepL, foram empregadas de maneira auxiliar e crítica, não como substitutas do trabalho intelectual, mas como instrumentos de verificação e ampliação de possibilidades terminológicas.

A execução do projeto obedeceu a uma cronologia concentrada, distribuída ao longo de pouco mais de um mês. Na primeira semana, realizou-se a leitura integral da obra original, acompanhada da definição estratégica da divisão de tarefas. As segunda e terceira semanas foram dedicadas à tradução individual das seções designadas. A quarta semana concentrou os esforços de revisão coletiva e uniformização textual. Por fim, em etapa subsequente, iniciou-se o processo de revisão docente, ainda em curso, com vistas ao refinamento final da tradução.

Assim delineado, o método adotado articula rigor acadêmico, colaboração estruturada e flexibilidade organizacional, conformando um modelo de prática tradutória que conjuga autonomia discente e supervisão qualificada, orientado pela busca de precisão conceitual, coerência estilística e fidelidade ao pensamento da autora.

3. Resultados e Discussão

A execução do projeto de tradução colaborativa da obra *Equality, Dignity and Disability*, de Eva Feder Kittay, permitiu não apenas a produção de resultados concretos no plano técnico e acadêmico, mas também a emergência de reflexões substantivas acerca do papel

da tradução como prática formativa, epistemológica e politicamente situada no campo jurídico. Nesse sentido, os resultados obtidos devem ser compreendidos de forma integrada, articulando dimensões materiais, formativas e teóricas que, conjuntamente, evidenciam o potencial transformador da iniciativa.

Do ponto de vista dos produtos gerados, destaca-se, em primeiro lugar, a elaboração de uma versão integral da obra em língua portuguesa, já publicada (Kittay, 2025, p. 27-58). Trata-se de um resultado de inegável relevância acadêmica, sobretudo em razão da ainda incipiente circulação, no Brasil, de referenciais teóricos vinculados à ética do cuidado e à filosofia da deficiência. A tradução foi acompanhada da construção de um glossário terminológico, no qual se sistematizaram conceitos centrais da obra, acompanhados de suas respectivas soluções tradutórias e das justificativas que orientaram tais escolhas. Esse instrumento, para além de sua função auxiliar, configura-se como contribuição autônoma ao debate acadêmico, ao explicitar os dilemas conceituais envolvidos na transposição linguística de categorias densas e, por vezes, não estabilizadas no vocabulário jurídico brasileiro. Ademais, foram produzidas notas explicativas e materiais de apoio destinados à contextualização cultural e normativa, permitindo ao leitor brasileiro uma compreensão mais precisa das referências mobilizadas pela autora no contexto estadunidense.

No plano formativo, os impactos relatados pelas participantes revelam a densidade pedagógica da experiência. O processo tradutório exigiu o aprimoramento simultâneo de competências linguísticas e interpretativas, implicando não apenas a ampliação do domínio da língua inglesa, mas também o refinamento do vocabulário jurídico-filosófico em português. Mais do que isso, a atividade demandou uma postura hermenêutica ativa, na qual cada escolha lexical implicava uma tomada de posição interpretativa diante do texto. Nesse sentido, a tradução operou como exercício de leitura crítica em grau elevado, exigindo constante articulação entre forma e conteúdo, linguagem e teoria.

Paralelamente, o contato intensivo com a obra de Kittay proporcionou um aprofundamento teórico significativo, especialmente no que se refere à ética do cuidado e à crítica aos paradigmas tradicionais da dignidade fundados na autonomia individual. As participantes relataram que a experiência contribuiu para tensionar categorias jurídicas previamente naturalizadas, sobretudo no âmbito dos direitos das pessoas com deficiência, ao evidenciar as limitações de modelos excessivamente centrados na independência e na

racionalidade como critérios de reconhecimento jurídico. Tal deslocamento teórico revela-se particularmente relevante no contexto brasileiro, em que, apesar de avanços normativos recentes, ainda persiste uma tendência à abordagem formalista e, por vezes, insuficientemente sensível às dimensões relacionais da dignidade humana.

A dimensão colaborativa do projeto também se destacou como elemento formativo central. A metodologia adotada — baseada em divisão temática, revisões cruzadas e deliberação coletiva — favoreceu o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao trabalho em equipe, à negociação de sentidos e à construção compartilhada do conhecimento. Nesse processo, a divergência interpretativa não se apresentou como obstáculo, mas como condição produtiva para o refinamento das soluções tradutórias, exigindo das participantes não apenas domínio técnico, mas abertura ao diálogo e disposição para a revisão de posições inicialmente assumidas.

No âmbito institucional, o projeto contribuiu para o fortalecimento das atividades do grupo de pesquisa Terceira Margem, ampliando seu acervo bibliográfico em língua portuguesa e consolidando uma metodologia de trabalho colaborativo potencialmente replicável em futuras iniciativas. Além disso, a disponibilização de uma obra inédita em português projeta o grupo no cenário acadêmico nacional, inserindo-o em debates contemporâneos de elevada relevância e favorecendo a construção de redes de interlocução mais amplas.

Sob a perspectiva teórica e crítica, os resultados obtidos permitem afirmar que a tradução, longe de constituir uma atividade meramente instrumental, assume caráter epistemológico e político. Ao viabilizar o acesso a referenciais internacionais, o projeto atua diretamente na redução de assimetrias no acesso ao conhecimento, enfrentando um dos obstáculos estruturais à consolidação de determinados campos de estudo no Brasil: a dependência de obras não traduzidas. Conforme já observado na literatura especializada, a ausência de traduções contribui para a segmentação do debate acadêmico e limita a circulação de ideias, comprometendo tanto a inovação quanto o aprofundamento teórico.

Nesse contexto, a inserção do pensamento de Kittay no debate jurídico brasileiro apresenta implicações relevantes, especialmente no que concerne à construção do direito ao cuidado como categoria jurídica autônoma. Ao deslocar o fundamento da dignidade da autonomia para a interdependência, a autora oferece uma chave interpretativa capaz de reorientar tanto a dogmática jurídica quanto a formulação de políticas públicas. A articulação

desse referencial com iniciativas normativas recentes no Brasil, como o reconhecimento do cuidado como direito fundamental no âmbito do Plano Nacional de Cuidados (Decreto nº 12.562/2025), evidencia o potencial de diálogo entre teoria e prática, contribuindo para a construção de um modelo jurídico mais inclusivo e sensível às condições reais de vulnerabilidade.

Não obstante os resultados alcançados, a experiência também revelou limitações que merecem consideração crítica. A ausência de um cronograma rigidamente estruturado, embora tenha possibilitado flexibilidade, ocasionou, em determinados momentos, descompassos no ritmo de trabalho, com impactos na fluidez do processo. Ademais, a inexistência de formação específica em tradução acadêmica por parte das participantes gerou, pontualmente, inseguranças quanto às escolhas terminológicas, ainda que tais dificuldades tenham sido mitigadas pela orientação docente contínua. No plano estrutural, a ausência de financiamento específico limitou a realização de etapas adicionais, como revisão por pares externos ou consulta sistemática a especialistas na área de filosofia da deficiência.

Essas limitações, contudo, não comprometem a relevância dos resultados obtidos, mas, ao contrário, indicam caminhos para o aprimoramento de futuras iniciativas. A experiência suscitou, nesse sentido, a possibilidade de institucionalização de um programa mais amplo de tradução colaborativa no âmbito do grupo de pesquisa, bem como a busca por parcerias interinstitucionais e fontes de financiamento que permitam a adoção de processos editoriais mais robustos.

Em síntese, os resultados e discussões aqui apresentados evidenciam que a tradução acadêmica, quando concebida como prática coletiva, crítica e metodologicamente orientada, transcende sua dimensão técnica, constituindo-se como instrumento de formação intelectual, democratização do conhecimento e transformação do próprio campo jurídico.

4. Reflexões

Como exposto, o processo de tradução suscitou uma série de reflexões. Pela sua relevância, porém, algumas delas suscitaram especial atenção, merecendo abordagem separada.

4.1 A tradução acadêmica como prática formativa no ensino jurídico

A tradução acadêmica pode ser compreendida como uma prática pedagógica que rompe com o caráter excessivamente tecnicista do ensino jurídico e promove um aprendizado mais crítico e reflexivo. No caso da tradução da obra *Equality, Dignity and Disability*, de Eva Feder Kittay, não se tratou apenas de converter um texto do inglês para o português, mas de realizar um exercício interpretativo que exigiu leitura atenta, pesquisa conceitual e articulação entre diferentes áreas do conhecimento. Assim, o contato com temas como a ética do cuidado e a dignidade das pessoas com deficiência possibilitou não apenas compreender melhor tais conceitos, mas também relacioná-los ao contexto jurídico brasileiro.

Além disso, a tradução de textos como o de Kittay contribui para democratizar o debate acadêmico, ampliando a circulação de obras cuja leitura, na língua original, permanece restrita a grupos que dispõem de formação ou recursos específicos. Em um cenário no qual o domínio de idiomas estrangeiros ainda é limitado, especialmente entre estudantes de universidades públicas, essa prática amplia o acesso a discussões fundamentais e fortalece o vínculo entre a produção teórica internacional e a realidade local.

A proposta não se volta à exaltação de habilidades linguísticas individuais, mas à compreensão da tradução como instrumento coletivo de fortalecimento do acervo teórico nacional e de aproximação de perspectivas globais com a realidade brasileira. Nesse contexto, a atuação de três estudantes do curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso, responsáveis pela condução do processo tradutório sob orientação docente, representa um exemplo concreto de como a participação ativa em projetos acadêmicos pode contribuir para a construção de uma formação jurídica crítica, engajada e comprometida com a justiça social.

Durante o processo, as participantes relataram que o contato com temas como a ética do cuidado e a dignidade das pessoas com deficiência possibilitou não apenas compreender melhor tais conceitos, mas também relacioná-los ao contexto jurídico brasileiro. Como observou uma das tradutoras: "A cada página traduzida, percebia como os conceitos da autora dialogavam diretamente com questões que estudamos em Direito Constitucional e Direitos Humanos, mas sob uma perspectiva que nunca havia considerado antes".

Dessa forma, evidencia-se que a tradução não apenas oferece um serviço à comunidade acadêmica, mas também potencializa o próprio processo formativo, permitindo que os

estudantes desenvolvam competências essenciais, como a leitura crítica de textos complexos, a interpretação interdisciplinar e a sensibilidade para temas que atravessam os direitos humanos.

Ao tornar acessível uma obra que questiona os limites da autonomia individual e propõe um modelo relacional de dignidade, essa experiência fomenta a construção de um ensino jurídico mais plural, que valoriza a ética e o cuidado como dimensões centrais. Assim, traduzir não se restringe a uma atividade técnica: trata-se de um gesto acadêmico capaz de aproximar saberes, reduzir desigualdades no acesso ao conhecimento e reafirmar o papel social da universidade como mediadora entre diferentes epistemologias.

4.2 Desafios e soluções tradutórias

Um dos principais desafios enfrentados foi a tradução de termos específicos da filosofia moral e da teoria feminista que não possuem equivalentes diretos em português. O exemplo mais emblemático foi a expressão "mothering person", utilizada por Kittay para designar aquele que exerce a função de cuidado primário, independentemente de gênero ou vínculo biológico.

Inicialmente, as tradutoras consideraram opções como "pessoa materna" ou "pessoa cuidadora", mas ambas as alternativas apresentavam limitações. "Pessoa materna" poderia reforçar estereótipos de gênero que a autora busca desconstruir, enquanto "pessoa cuidadora" era excessivamente genérica e perdia a especificidade da relação descrita por Kittay. Após extensos debates, optou-se por "pessoa que materna", mantendo o verbo "maternar" para preservar a dimensão relacional e afetiva do conceito original.

Outro desafio significativo foi manter a elegância e fluidez do texto em português sem comprometer a complexidade filosófica das ideias. Kittay utiliza períodos longos e construções sintáticas elaboradas que, traduzidas literalmente, resultariam em texto truncado e de difícil compreensão. Foi necessário, em diversos momentos, reestruturar frases inteiras, dividir períodos e reorganizar argumentos, sempre com cuidado para não alterar o sentido original.

Saliente-se também o desafio das contextualizações culturais. A obra contém referências específicas ao contexto estadunidense (legislação, políticas públicas, debates acadêmicos) que exigiram notas explicativas para o leitor brasileiro. Por exemplo, quando Kittay menciona o Americans with Disabilities Act, incluímos nota de rodapé explicando as

características dessa legislação e suas semelhanças com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

4.3 Contribuições para o debate sobre o Direito ao Cuidado no Brasil

A experiência de tradução da obra *Equality, Dignity and Disability* revelou, de forma prática, um desafio estrutural para o avanço do debate jurídico no Brasil: a regionalização das áreas de pesquisa e a ausência de tradução de referenciais teóricos fundamentais. Nesse sentido, o estudo do Direito e Literatura no Brasil serve como exemplo concreto da contribuição que a tradução de referenciais estrangeiros pode oferecer, especialmente quando se trata de áreas cujas principais obras foram escritas em outros idiomas. Quando textos acadêmicos permanecem restritos ao idioma original, o conhecimento tende a circular apenas entre aqueles que dominam essa língua, reforçando a segmentação e limitando a circulação de ideias entre diferentes contextos acadêmicos e culturais.

De acordo com Trindade e Bernsts (2017), a ausência de traduções, no mercado editorial brasileiro, de textos que constituem as principais referências em Direito e Literatura dificulta o acesso de parcela considerável de pesquisadores, sobretudo os iniciantes. Esse fenômeno, longe de ser neutro, retroalimenta a regionalização das pesquisas, criando barreiras que dificultam a construção de diálogos transnacionais e, por consequência, restringem a inovação e o aprofundamento de determinados campos de estudo. Segundo os mesmos autores (2017), essa barreira se concretizou na dificuldade de institucionalização da área, pois prejudicou a tentativa de sistematização justamente pela inexistência de qualquer debate teórico acerca dos avanços das experiências no exterior. No caso específico do direito ao cuidado, a ausência de traduções não apenas mantém o debate confinado a círculos especializados, como também limita sua inserção nas agendas políticas, jurídicas e acadêmicas nacionais.

Essa constatação revela a dimensão política do ato tradutório. No Brasil, o campo da ética do cuidado ainda está em processo de construção teórica e prática, frequentemente interpretado a partir de perspectivas assistencialistas ou limitado ao âmbito doméstico e familiar. Embora iniciativas recentes, como o Plano Nacional de Cuidados (Decreto nº 12.562/2025), representem um avanço importante ao reconhecer o cuidado como direito fundamental e corresponsabilidade do Estado, da família e da sociedade, ainda falta consolidar

um debate mais consistente que articule o cuidado como categoria central do pensamento jurídico e da política pública. A obra de Eva Feder Kittay, ao deslocar o eixo da dignidade da autonomia individual para a interdependência e a vulnerabilidade compartilhada, oferece uma base conceitual sólida para essa transformação, especialmente ao propor que a dignidade se funda na condição relacional de todos os seres humanos.

Traduzir esse referencial para o português não é apenas um exercício técnico de linguagem; trata-se de um gesto acadêmico e político que rompe barreiras de acesso, aproxima epistemologias e fortalece campos de estudo emergentes. Assim como ocorre em Direito e Literatura, onde o acesso a obras fundamentais depende de traduções que democratizam o conhecimento e viabilizam o diálogo internacional, a ética do cuidado necessita de esforços semelhantes para se consolidar no Brasil. Nesse sentido, esperamos que esta tradução possa produzir impacto real no campo da ética do cuidado, à semelhança do que Trindade e Bernsts (2017) apontam sobre a tradução de *Contar a lei: as fontes do imaginário jurídico*, de François Ost — considerada um marco histórico que propulsionou a consolidação do Direito e Literatura no Brasil e se tornou referencial teórico para pesquisadores, especialmente no âmbito da pós-graduação. Ao inserir Kittay no debate jurídico nacional, ampliamos as ferramentas conceituais disponíveis, fomentamos a interdisciplinaridade e favorecemos a construção de políticas e práticas jurídicas capazes de efetivar o cuidado como direito universal, estruturante da vida em comunidade é condição indispensável para a realização da igualdade e da dignidade humanas.

4.4 O conceito de igual dignidade ou igualdade

Durante o processo de tradução da obra *Equality, Dignity and Disability*, de Eva Feder Kittay, um dos conceitos que mais exigiu atenção e reflexão foi o de igual dignidade. Isso porque, ao longo do texto, a autora propõe uma ruptura com as abordagens tradicionais que vinculam a dignidade exclusivamente à racionalidade, à autonomia individual ou à capacidade de agir moralmente. Essas perspectivas, embora recorrentes na filosofia política e moral, acabam por excluir, ainda que de forma não intencional, sujeitos cuja condição de deficiência severa os impede de exercer plenamente tais capacidades.

Diante dessa limitação, Kittay oferece uma concepção alternativa, fundamentada na experiência comum da dependência e do cuidado. Para ela, a dignidade não decorre de atributos

que apenas alguns indivíduos possuem, mas sim da condição humana compartilhada: todos, em algum momento da vida, dependemos do cuidado de alguém. É justamente essa vulnerabilidade universal, e a forma como ela é acolhida nas relações de cuidado, que sustenta o valor intrínseco de cada pessoa. Ao utilizar a expressão “ser filha de alguma mãe”, a autora evoca de maneira sensível essa origem relacional da dignidade, que se manifesta não no isolamento das capacidades individuais, mas no reconhecimento mútuo que ocorre nas relações humanas.

Nesse sentido, a leitura e tradução da obra mostraram-se particularmente instigantes, pois exigiram que se fosse além da simples escolha vocabular e se buscasse compreender o conceito em toda a sua densidade filosófica e prática. Não foram poucas as dificuldades enfrentadas pelas estudantes tradutoras para manter a fidelidade à intenção da autora, sobretudo diante de construções linguísticas próprias do inglês que, ao serem vertidas para o português, corriam o risco de perder a nuance ou a profundidade do pensamento original. Em diversos momentos, pequenas escolhas lexicais ou de pontuação exigiram longos debates, justamente porque determinadas expressões, quando traduzidas literalmente, alteravam significativamente o sentido ou enfraquecem a força argumentativa do texto.

Além disso, preservar a fluidez textual sem comprometer a complexidade das ideias revelou-se um desafio constante. O grupo optou por dividir a obra em partes, respeitando as afinidades e familiaridades de cada integrante com os temas abordados, o que contribuiu para um trabalho mais sensível e coerente. Ainda assim, o esforço de manter uma unidade estilística e conceitual exige constante revisão coletiva, diálogo aberto e um compromisso ético com o conteúdo da autora.

À medida que o texto era traduzido e debatido, tornou-se evidente que a noção de igual dignidade proposta por Kittay não é meramente teórica; pelo contrário, ela possui implicações diretas sobre como o Direito pode e deve responder às demandas de pessoas com deficiência.

Assim, no campo jurídico, a proposta de Kittay não apenas desafia visões formalistas, mas também abre espaço para políticas que reconheçam a interdependência e a vulnerabilidade como dimensões constitutivas da experiência humana. Nesse contexto, vale destacar sua conexão com iniciativas brasileiras, como o Plano Nacional de Cuidados (Decreto nº 12.562/2025), que reafirma o cuidado como direito fundamental e evidencia a urgência de redes de proteção capazes de assegurar condições reais de dignidade e participação social para pessoas com deficiência.

Dessa forma, a experiência tradutória não apenas proporcionou acesso a uma importante reflexão ética, mas também possibilitou questionar os próprios limites do ensino jurídico tradicional. Afinal, mais do que compreender um termo ou encontrar a melhor equivalência linguística, foi necessário internalizar uma perspectiva que convoca o Direito a ir além do tecnicismo e a reafirmar que todos — independentemente de desempenho, linguagem ou autonomia — são igualmente dignos de viver uma vida humana plena.

5. Conclusão

Ante o exposto, a experiência de tradução colaborativa da obra *Equality, Dignity and Disability*, de Eva Feder Kittay, revelou-se como um processo formativo integral, capaz de articular teoria e prática, linguagem e conteúdo, internacionalização e contextualização local. Ao transpor para o português um referencial teórico de relevância global, o grupo não apenas ampliou o acesso ao pensamento da autora, mas também fortaleceu o debate brasileiro acerca do direito ao cuidado e da igual dignidade.

O percurso tradutório exigiu mais do que competência técnica: implicou pesquisa conceitual, sensibilidade ética e diálogo interdisciplinar, promovendo aprendizado que ultrapassa os limites do ensino jurídico tradicional. A metodologia colaborativa flexível, embora apresente desafios organizacionais, mostrou-se adequada ao contexto acadêmico e às limitações de tempo das participantes.

O projeto evidenciou o papel político da tradução acadêmica como estratégia de democratização do conhecimento e de combate às barreiras linguísticas que frequentemente restringem o alcance de debates fundamentais. Os desafios terminológicos enfrentados, como a tradução de "mothering person", ilustram a complexidade do processo tradutório e a necessidade de decisões interpretativas que vão além da mera transposição linguística.

Ao inserir a perspectiva relacional de dignidade defendida por Kittay no cenário jurídico nacional, o projeto contribui para a consolidação do cuidado como direito fundamental e para a superação de visões limitadas centradas exclusivamente na autonomia individual. Essa contribuição mostra-se particularmente relevante no contexto da implementação do Plano Nacional de Cuidados.

As limitações identificadas – metodológicas, de formação e de recursos – não comprometem a validade da experiência, mas apontam caminhos para aperfeiçoamento de iniciativas futuras. A continuidade do processo de revisão docente e as perspectivas de ampliação do projeto evidenciam seu potencial de consolidação como prática formativa regular no grupo de pesquisa.

Esta experiência reforça o compromisso das universidades públicas com a produção e difusão de saberes críticos, plurais e socialmente comprometidos. Mais do que um produto textual, a tradução resultou em um espaço de formação, reflexão e ação, reafirmando que o Direito, para ser verdadeiramente emancipador, deve reconhecer a interdependência humana e assegurar que todos, sem exceção, possam viver com dignidade plena.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Decreto nº 12.562, de 7 de janeiro de 2025. Institui o Plano Nacional de Cuidados e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 8 jan. 2025.

KITTAY, Eva Feder. Equality, dignity and disability. In: LYONS, Mary Ann; WALDRON, Fionnuala (ed.). Perspectives on equality: the second Seamus Heaney lectures. Dublin: Liffey Press, 2005. p. 95-122.

KITTAY, Eva Feder. Igualdade, dignidade e deficiência. In: CARVALHO, Felipe Rodolfo de; ALGAYER, Cecília de Castro (orgs.). A experiência do cuidado: cadernos marginais de filosofia, literatura e direitos humanos [recurso eletrônico]. Cachoeirinha: Fi, 2025. p. 27–58.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 2006.

TRINDADE, André Karam; BERNSTES, Luísa Giuliani. O estudo do Direito e Literatura no Brasil: surgimento, evolução e expansão. Anamorphosis – Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 225-257, jan./jun. 2017.

VENTURA, Miriam. Direitos humanos e deficiência: uma perspectiva contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

YOUNG, Iris Marion. Inclusion and democracy. Oxford: Oxford University Press, 2000.